

SEM GASOLINA NO POSTO

"Articulação política" segura Paulo Guedes

Ricardo Barros e Eduardo Ramos contêm língua do ministro da Economia

O ministro da Economia, Paulo Guedes, protagonizou uma cena ontem que explicita como diminuiu a sua força na discussão dos temas econômicos e como aumentou a força do grupo identificado com o Centrão.

Guedes discorria em uma entrevista sobre temas espinhosos quando foi interrompido pelo ministro-chefe da Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos, e pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR).

O corte foi tão explícito que Guedes, com bom humor, enquanto era conduzido pelos dois, virou-se e disse aos jornalistas, abrindo os braços: "Agora tem articulação política". No que recebeu uma resposta de Ramos: "Agora é trabalhar".

Em imagens da CNN Brasil, Guedes aparece durante todo o tempo que falou com a imprensa acompanhado de perto pelos dois, que ficaram um de cada lado do ministro.

Nos últimos momentos da fala, é possível observar o incômodo de Ramos e Barros com a continuidade da entrevista.

Barros é visto falando "tá bom" algumas vezes e depois repete por várias vezes "vamos lá" enquanto caminha com Guedes para longe dos microfones. Já Ramos, único de máscara entre os três, coloca a mão no ombro do ministro para retirá-lo do local.

Viés negativo

O incômodo de Barros e Ramos deu-se justamente porque Guedes de novo discorria sobre questões que poderiam gerar um viés negativo sobre o governo.

Para compensar a desoneração da folha de pagamentos - o governo já sabe que o Congresso irá derrubar o veto do presidente nesse sentido - Guedes comentou sobre a necessidade de se criar "tributos alternativos" como compensação.



SERGIO LIMA/AFP

Articuladores preocupam-se com desgaste de Paulo Guedes

Criar impostos é um tema não muito digerido por parte dos eleitores de Bolsonaro.

Depois, citou a necessidade de uma "aterrissagem suave", em referência à extinção do auxílio emergencial, para que o impacto do fim do benefício criado por causa da

pandemia do novo coronavírus seja menor. Pesquisa do Ibope divulgada ontem mostra que Bolsonaro atingiu 40% de popularidade, justamente como consequência do auxílio emergencial (*leia mais na página 7*).

Sistema S

Apesar da interrupção de Barros e Ramos na entrevista, o ministro da Economia abordou temas polêmicos. Um deles algo que defende desde o início do governo: cortes no Sistema S.

Um outro surgido agora na mesma linha: corte no Simples Nacional, que beneficia os pequenos empresários.

O ministro incluiu as duas possibilidades no mesmo pacote de medidas que inclui a criação de uma nova CPMF como compensação para a desoneração da folha de pagamentos, diante da constatação de que o Congresso irá mantê-la.

SAIBAMAI

- » Em outra frente, Guedes quer reduzir os benefícios tributários garantidos pela Constituição às empresas inscritas no Simples Nacional.
- » Guedes considera que esse incentivo pode ser reduzido para segurar recursos no caixa do Tesouro. Pelas regras vigentes, empresas do Simples com faturamento bruto anual de até R\$ 180 mil devem pagar 6% em tributos.
- » Essa alíquota sobe conforme o desempenho das vendas chega ao teto de 16% para aquelas que faturam até R\$ 1,8 milhão por ano.
- » O corte no Simples Nacional seria feito para segurar recursos no caixa do Tesouro e, assim, ajudar a financiar o programa Renda Brasil.

"Facada" no S e no Simples

No caso do Sistema S, o chefe da Economia pretende reduzir em 40% as alíquotas que as empresas pagam sobre cada salário acima de um salário mínimo. Para quem ganha até esse patamar, a contribuição seria suspensa. Com o corte planejado agora, a alíquota média cairia de 2,5% para 1,5%. Esse patamar está acima do corte idealizado no passado pelo ministro, que cogitava algo em torno de 30%. Por ano, essa arrecadação gera cerca de R\$ 17 bilhões.

Parte dos recursos de entidades do Sistema S, como Senai e Sesc, financiam serviços de atendimento à população carente pelo país. Entidades do Sistema S souberam da

proposta, embora ela não tenha sido formalmente apresentada. O Sebrae, por exemplo, chegou a enviar ontem uma nota técnica para Ricardo Barros rechaçando a intenção de Guedes. Na carta, afirmam gerar 13,5 milhões de empregos e colher muito mais impostos do que as empresas que não desfrutam do mesmo benefício tributário.

A "facada" dos dois programas foi citada em reuniões nesta semana e é alvo de discussões do ministro com sua equipe e parlamentares ontem.

Desde o início do governo Bolsonaro, Paulo Guedes diz que pretende levar adiante uma "facada" no Sistema S.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Crivella é declarado inelegível

Na sequência de más notícias para os políticos do Rio de Janeiro, um dia depois da Assembleia Legislativa acatar por unanimidade o início do processo de impeachment do governador Wilson Witzel, o Tribunal Regional Eleitoral, também por unanimidade tornou inelegível o prefeito Marcelo Crivella (Republicanos) até 2026 por suposto abuso de poder na convocação de funcionários da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) para participação de ato político na campanha de 2018.

Apesar da decisão, Crivella poderá concorrer à reeleição até que sejam esgotados recursos cabíveis ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O prefeito tem caminhos para tentar reverter a decisão, primeiramente, no próprio TRE, ou pode recorrer diretamente ao TSE.

Paralelamente, um adversário do atual prefeito poderá contestar o registro da candidatura. Como Crivella tinha apresentado pedido de registro da chapa antes de ser condenado pelo TRE, uma ação de impugnação daria início a um julgamento na primeira instância, na 23ª Zona Eleitoral do Rio.

A partir da publicação do edital de registro da candidatura de Crivella, um candidato, uma coligação ou partido teriam prazo de cinco dias para questioná-la judicialmente. O prefeito teria, então, sete dias para apresentar documentos e indicar testemunhas de defesa. As testemunhas teriam de ser ouvidas nos quatro dias seguintes à contestação feita pela defesa. Encerrado esse prazo, o juiz teria mais cinco dias para requisição de provas. Depois disso, as partes teriam mais cinco dias para alegações.

Pela legislação, o juiz eleitoral tem três dias para decidir após a conclusão dos autos. Só na primeira instância, o processo consumiria mais de um mês. A partir daí, é aberto prazo de três dias para o recurso a TRE e, posteriormente, ao TSE. Por isso, aliados do prefeito acreditam que seu nome estará nas urnas.

O julgamento de Crivella foi iniciado na segunda-feira (21). Dos sete integrantes do tribunal, seis votaram pela condenação de Crivella. A sessão foi interrompida a pedido de Vitor Marcelo Rodrigues. Ontem, ele acompanhou o relatório do desembargador Cláudio Dell'Orto de que "não se pode fechar os olhos" para o envolvimento do prefeito na convocação de servidores públicos para ato que culminou com o pedido de votos para candidatos.

SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL,
ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

MINISTÉRIO DA
DEFESA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 66/2020-HFA

Aviso de Abertura de Licitação

Registro de Preços com a finalidade de adquirir, de forma parcelada, medicamento de consumo hospitalar a ser utilizado no tratamento dos pacientes internados no HFA, acometidos pela pandemia do COVID-19, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas no instrumento convocatório.

Cópia do Edital: Poderá ser adquirido no site: www.comprasgovernamentais.gov.br.

Abertura da Sessão Pública: 2 de outubro de 2020, às 09h.

Endereço: Site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>.

Brasília - DF, na data da assinatura eletrônica
KLADSON TAUMATURGO FARIAS - Cel R/1
Ordenador de Despesas do HFA

EXÉRCITO BRASILEIRO
PREFEITURA MILITAR DE BRASÍLIA
(PREFEITURA MILITAR DE BRASÍLIA/1962)

MINISTÉRIO DA
DEFESA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 07/2020-PMB

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material de construção geral e material elétrico, que tiveram o Registro de Preços cancelados, em virtude dos efeitos decorrentes da pandemia do novo coronavírus, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO/MENOR PREÇO.

Data: às 08h30min (HORÁRIO DE BRASÍLIA), do dia 08/10/2020.

Site www.comprasgovernamentais.gov.br

ROBERT MACIEL DE SOUSA - Cel
Ordenador de Despesas